

TRÁFICO DE DROGAS

Operação da Polícia Federal em reservas no Polígono da Maconha apreende quatro armas e 25 cartuchos. Nove índios truká foram presos e dois agentes ficaram feridos

Teresa Maia/ Diário de Pernambuco



ENTRE NOVEMBRO DO ANO PASSADO E JANEIRO DESTA ANO, 554 MIL PÉS FORAM QUEIMADOS NO POLÍGONO DA MACONHA, DURANTE A OPERAÇÃO MANDACARU

Maconha em áreas indígenas

Cristina Ávila
 Da equipe do Correio

Traficantes de maconha estão transferindo parte de suas plantações para uma espécie de território livre para o plantio da droga: as reservas indígenas. Protegidas pela União, as reservas são redomas legais que dificultam a ação da polícia. Para entrar nessas terras, a própria Polícia Federal (PF) precisa de ordem judicial e comunicar a operação com antecedência à Fundação Nacional do Índio (Funai). Estendendo-se por uma área maior do que o Distrito Federal,

o Polígono da Maconha — o epicentro da plantação da erva no Brasil, no oeste de Pernambuco — abriga seis povos indígenas: os atikum, truká, kantaruré, tuxá, pankararu e kambiwá. São menos de 13 mil índios em mais de 64 mil hectares de áreas.

A suspeita da PF sobre o uso de terras indígenas para o plantio de maconha culminou na prisão de nove truká e dois agentes federais feridos, há duas semanas. Na operação, foram apreendidas uma pistola calibre 9mm, três espingardas 12 e 25 cartuchos de calibres 45, 12, 22 e 9mm.

Os índios foram presos e vão

responder, em liberdade, processo por porte ilegal de armas, lesões corporais, resistência à prisão e formação de quadrilha. A área indígena truká tem 6 mil hectares, na ilha da Assunção, em Cabrobó (PE), no rio São Francisco, onde vivem cerca de 3 mil índios.

O assessor de imprensa da PF no estado, João Salviano, diz que foram encontradas duas roças de maconha a cerca de 200 metros fora dos limites do território indígena. Plantar maconha em terras indígenas é uma estratégia recente dos traficantes.

Segundo o administrador exe-

cutivo regional da Funai, Paulo Fernandes, a fiscalização é feita pelos próprios índios. "Temos técnicos nas áreas, mas são insuficientes. Na área truká, a Funai tem três barcos a motor para que os índios circulem, em outras áreas não temos estrutura para fiscalização", admite.

No Maranhão, no início deste mês, foram encontrados 50.500 pés de maconha na área dos índios guajajara. Foi a segunda vez que isso aconteceu. Em julho do ano passado, foram presos 11 traficantes na mesma área, com 16 mil pés de maconha, 30 quilos de sementes e 200 quilos de

maconha pronta para consumo.

O superintendente regional da Polícia Federal no Maranhão, Egberto José de Azevedo acredita que os guajajara estejam servindo de mão-de-obra a traficantes há cerca de quatro anos, embora tenham havido somente dois flagrantes de lavours.

"Instauramos inquéritos policiais e os índios foram indiciados. A Justiça é que vai decidir se serão punidos. Os traficantes entraram na área indígena porque não acreditavam que a polícia entrasse. Os índios fazem isso porque estão na miséria", afirma Azevedo.

Povos vivem sob ameaça

No Polígono da Maconha, os traficantes sofisticaram a produção, para rendimento de melhores safras. As lavouras são semelhantes à qualquer cultura de alimentos, fazendo inclusive parcerias com produtores. Mas são negócios violentos. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denuncia que índios vivem sob o terror do tráfico.

Segundo as Polícias Federais de Pernambuco e Maranhão, traficantes estão fazendo canteiros para semeadura, transplantam as mudas para locais definitivos e usam adubos de qualidade. Com isso, a planta cresce mais rápido, e conseguem três a quatro safras por ano, para compensar perdas conseqüentes do combate ao narcotráfico.

Em Pernambuco, nos últimos dez dias, a PF destruiu 300 mil pés de maconha na região. Outros 554 mil pés foram queimados entre novembro do ano passado e janeiro deste ano, na Operação Mandacaru. Depois, foram destruídos outros 492 mil pés na Operação Campos Limpos, em abril. O superintendente da PF no Maranhão, Egberto Azevedo, diz que os traficantes no estado chegaram a convencer alguns

pequenos produtores a trocarem roçados de subsistência por plantio de maconha. "Eles dizem que dá mais dinheiro, e os pobres acabam aceitando a troca."

Mas as pessoas têm medo de serem confundidas com informantes da polícia.

O tráfico apavora. O vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa, comenta que há povos que vivem sob a ameaça de morte de traficantes, às vezes obrigados a trabalharem para eles. "Em 1991, o cacique Abdon e o irmão dele, Abdias, do povo atikum, foram mortos poucos dias depois de virem ao Departamento de Polícia Federal, em Brasília, denunciar que estavam sendo ameaçados por traficantes invasores de sua terra", relata Saulo.

Mas, embora apóiem as investigações, os missionários contestam a operação realiza-

da em território truká. O Cimi entra com representação no Ministério Público, reclamando que a operação da PF foi violenta. "Uma operação de guerra, com 42 homens, helicóptero, armas, gás lacrimogêneo, espancaram índios, deram até tiros, entraram nas casas, fizeram revistas sem explicações", diz o missionário Roberto Saraiya.

A assessoria da PF de Pernambuco diz que os agentes foram agredidos pelos índios.

O procurador da República em Recife Paulo Fontes informa que o fato deverá ser apurado em 90 dias. Ele ressalta que as investigações em área indígena são legais, mas seria recomendado que a operação fosse acompanhada por funcionários da Funai e comunicada ao Ministério Público — o que não foi feito. (CA)

"EM 1991, O CACIQUE ABDON E O IRMÃO DELE, ABDIAS, DO POVO ATIKUM, FORAM MORTOS POUCOS DIAS DEPOIS DE DENUNCIAR QUE ESTAVAM SENDO AMEAÇADOS POR TRAFICANTES INVASORES DE SUA TERRA"

SAULO FEITOSA

Vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)